

Programa Amplifica

O trabalho é em rede!



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

EXPEDIENTE

ONEIDA CRISTINA GOMES BARCELOS IRIGON
Reitora

WANDERLEY AZEVEDO DE BRITO
Diretor Executivo

TAUÃ CARVALHO DE ASSIS
Pró-Reitor de Ensino

REINALDO DE LIMA REIS JÚNIOR
Pró-Reitor de Extensão

LORENA PEREIRA DE SOUZA ROSA
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

DIEGO SILVA XAVIER
Pró-Reitor de Administração

SANDRA ABADIA FERREIRA
Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos

SUMÁRIO

I. O Direito à Educação Versus a Exclusão Escolar.....	5
II. Causas e Dimensões da Exclusão Escolar no Brasil e a Busca Ativa.....	9
III. Diretrizes Norteadoras para o Acesso, a Permanência e o Êxito Estudantil no IFG.....	14
IV. Pressupostos.....	16
V. Objetivos.....	17
Objetivo Geral.....	17
Objetivos Específicos.....	17
VI. Estrutura e Funcionamento.....	18
VII. Eixos Estruturantes.....	21
VIII. Ações Propostas por Eixo Estruturante.....	22
Referências.....	26

I. O Direito à Educação Versus a Exclusão Escolar

A educação no Brasil é consagrada como direito humano fundamental, conforme dispõe o art. 205 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O art. 206 complementa ao estabelecer os princípios do ensino público, gratuito, e da igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Complementando esse arcabouço jurídico, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996) define as etapas da educação básica, o papel do ensino fundamental e médio, bem como a articulação com a educação profissional e a educação de jovens e adultos (EJA).

Nesse sentido, a universalização do acesso, a garantia da permanência e a promoção da aprendizagem são imperativos legítimos de política pública. Contudo, o simples reconhecimento constitucional e legal não implica por si só a concretização plena do direito à educação. Na prática, persistem lacunas que se manifestam em diversos indicadores: abandono, evasão, defasagem idade-série, exclusão de grupos sociais vulneráveis, desigualdades territoriais e étnico-raciais.

Os dados mais recentes apontam avanços, porém também persistência de desafios estruturais. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, via a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) Educação de 2024, aproximadamente **8,7 milhões** de jovens entre 14 e 29 anos não haviam concluído o ensino médio por terem abandonado a escola ou nunca a frequentado. Deste total, 59,1 % são homens e 72,5 % se declararam pretos ou pardos.

Outros dados confirmam que, no nível do ensino médio, a taxa de evasão ainda se destaca como a mais elevada dentre as etapas da educação básica: para a modalidade regular, verificou-se taxa de evasão de 5,9 % no ensino médio, segundo o Censo Escolar 2023/2024.

Adicionalmente, os resultados do Censo Escolar de 2024 indicam que houve uma pequena redução nas matrículas totais da educação básica: eram 47,1 milhões de estudantes em 2024, com queda de 0,5 % em relação a 2023 — perda de aproximadamente 216 mil matrículas. A rede pública concentrou a maior perda (cerca de 310 mil matrículas a menos) , enquanto a rede privada apresentou crescimento de cerca de 1 %.

No que tange à distorção idade-série e à escolarização adequada, observam-se igualmente déficits. Por exemplo, para a faixa etária de 15 a 17 anos, a escolarização atingiu 93,4 % em 2024, o que representa avanço, mas ainda aponta para segmentos de adolescentes que não frequentam a escola ou que se encontram fora da etapa adequada para sua idade.

Esses dados revelam que, embora a educação básica brasileira apresente avanços, mas a qualidade da trajetória escolar — caracterizada pelo acesso, permanência, êxito, progressão e conclusão — ainda permanece um desafio relevante.

A exclusão escolar manifesta-se em diferentes formas: não matrícula, interrupção da escolarização (abandono), evasão (saída da escola antes de concluir a etapa), retenção/reprovação, migração para modalidades alternativas (como a EJA) e defasagem idade-série. Esses fenômenos tendem a se agravar em contextos de vulnerabilidade social, pobreza, trabalho infantil, diferenças territoriais (rural versus urbano), escolarização de populações indígenas e quilombolas, e precariedade das condições de oferta escolar (transporte, infraestrutura, suporte pedagógico, alimentação). Por exemplo, no ensino médio, as populações quilombolas apresentaram taxa de repetência de 11,9 % e a indígena 10,7 % — valores significativamente acima da média nacional para essa etapa. No que se refere à evasão, a taxa masculina atingiu 7,3 % versus 4,5 % para as mulheres.

Um estudo da Firjan, Sesi e Pnud esquadrinhou um grave retrato da atual situação da evasão escolar no Brasil. O estudo mostrou que apenas 54% dos estudantes do quinto mais pobre não conseguem concluir o ensino médio até os 24 anos. A exclusão tem etnia, sexo, idade, origem socioeconômica e endereço, tem se constituído uma tragédia silenciosa que amplifica as desigualdades sociais no Brasil.

A questão da exclusão escolar também está presente na Educação Profissional e Tecnológica, na Rede Federal e no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. A Plataforma Nilo Peçanha (PNP), base oficial de dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, oferece indicadores que permitem monitorar a trajetória estudantil — entre os quais se destaca, com preocupação crescente, a taxa de evasão nos cursos técnicos e superiores.

Os indicadores oficiais evidenciam um fenômeno estrutural: avaliações e diagnósticos realizados sobre a Rede Federal apontam índices elevados de evasão. Relatórios de órgãos de controle e sínteses institucionais registraram, por exemplo, níveis médios de evasão superiores a 40% em cursos técnicos e acima de 50% em cursos de graduação no ano de referência 2022 — números que ilustram a dimensão do problema e os desperdícios sociais e orçamentários associados à perda de trajetórias formativas.

Pesquisas específicas sobre os campi do Instituto Federal de Goiás (IFG) documentam esses padrões e apontam variações locais — com alguns cursos e turnos apresentando taxas de evasão significativamente superiores à média institucional — o que reforça a necessidade de ações direcionadas por perfil de curso e contexto territorial. Estudos locais têm identificado fatores recorrentes associados à evasão: fragilidade socioeconômica das famílias, necessidade de inserção

precoce no mercado de trabalho, insuficiências na política de atenção à permanência (apoio socioeducativo, transporte e alimentação), e déficits de aprendizado inicial que agravam a reprovação e a desistência.

A leitura dos indicadores da PNP impõe dois vetores de resposta institucional. Primeiro, a adoção de políticas preventivas e de suporte continuado: fortalecimento da tutoria pedagógica, ampliação de medidas de assistência estudantil, reforço à compatibilização trabalho-estudo e políticas de flexibilização curricular. Segundo, a construção de rotinas de monitoramento e intervenção precoce sustentadas por dados — identificação de perfis de risco a partir dos indicadores da PNP, articulação intersetorial local (assistência social, trabalho, saúde) e protocolos de busca ativa e reinserção.

Tudo isso sinaliza que a garantia formal do direito não tem se traduzido automaticamente numa trajetória escolar completa e igualitária para todos os brasileiros. A exclusão escolar, portanto, não é apenas ausência de matrícula, mas conjunto de barreiras e de rupturas que impedem o exercício pleno do direito à educação como experiência formativa, emancipadora e de cidadania.

O direito à educação impõe que o Estado, juntamente com os entes federativos, assegure acesso, matrícula, permanência, aprendizagem e conclusão, sem discriminação ou barreiras estruturais. No entanto, persistem lacunas que se manifestam em indicadores e em trajetórias escolares interrompidas ou fragmentadas.

Entre os desafios mais prementes, destacam-se a necessidade de políticas que articulem a oferta de vagas com a garantia da permanência e do êxito escolar, assegurando não apenas o acesso, mas também condições adequadas para que os estudantes concluam cada etapa de sua formação. É igualmente fundamental combinar ações de prevenção — voltadas à inclusão, à permanência e ao fortalecimento pedagógico — com ações de recuperação, como a ampliação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o incentivo ao ensino médio integrado e a adoção de currículos mais flexíveis que dialoguem com as realidades dos estudantes.

Além disso, torna-se indispensável a implementação de estratégias para identificar crianças e adolescentes fora da escola, acompanhadas de mecanismos eficazes de reinserção e monitoramento contínuo dessas trajetórias. Importante ressaltar que o avanço das matrículas, por si só, não é suficiente para assegurar a universalização da educação de qualidade; os esforços institucionais e sociais devem concentrar-se na integralidade da trajetória escolar — do ingresso à conclusão — sempre orientados pelo princípio da equidade.

Dessa forma, a estratégia deverá combinar medidas de busca proativa (identificação de estudantes não matriculados ou em risco de abandono), matrícula e reinserção, acompanhamento individualizado (com equipe dedicada, histórico escolar, suporte pedagógico e social) e articulação

intersetorial (saúde, assistência social, segurança pública). A meta institucional não é apenas a formalização da matrícula, mas assegurar a trajetória educativa completa — ingresso, permanência, aprendizagem e conclusão.

Em síntese, o direito à educação está firmemente assentado no ordenamento jurídico brasileiro; entretanto, a exclusão escolar ainda se manifesta com vigor e exige respostas articuladas, integradas e baseadas em evidências. O conjunto de dados recentes revela que o Brasil avançou em cobertura e acesso, mas enfrenta ainda desafios estruturais no que tange à permanência, à conclusão e à superação de desigualdades. A “Estratégia Institucional de Busca Ativa Estudantil” representa, portanto, não apenas uma resposta necessária, mas também um instrumento estratégico para fazer convergir o direito formal à experiência concreta de escolarização de qualidade para todas as crianças e jovens.

O enfrentamento da exclusão exige ação coordenada, recursos adequados, monitoramento e, acima de tudo, compromisso institucional e social com a realização plena da educação como direito, cidadania e condição de emancipação social.

II. Causas e Dimensões da Exclusão Escolar no Brasil e a Busca Ativa

Passadas mais de três décadas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, que consagrou a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos para assegurar a universalização desse direito. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua/IBGE, 2018), mais de 1,7 milhão de crianças e adolescentes permanecem fora da escola — um dado que revela a persistência de desigualdades estruturais e barreiras sociais, econômicas e culturais que comprometem a efetivação do direito à educação.

Para que as ações de Busca Ativa Estudantil sejam eficazes e orientadas por evidências, é fundamental compreender as causas que levam à exclusão escolar. As razões que afastam crianças e adolescentes da escola são múltiplas, variando conforme contextos territoriais e socioeconômicos, ainda que certas causas se repitam em todo o território nacional.

Os dados e estudos recentes indicam que a exclusão escolar é mais frequente entre meninos, pretos e pardos, residentes em áreas urbanas periféricas, pertencentes a famílias de baixa renda e cujos responsáveis possuem baixa escolaridade. Além desses grupos, também enfrentam maiores barreiras de acesso e permanência crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, com deficiência, migrantes ou em situação de vulnerabilidade social.

Entre os principais fatores que desencadeiam o abandono, a evasão e a exclusão escolar, destacam-se:

- a oferta educacional insuficiente, seja pela falta de vagas ou pela ausência de condições adequadas de acesso, como transporte e infraestrutura;
- o desinteresse pelos estudos e/ou pela escola e o desengajamento escolar, frequentemente associados a currículos pouco atrativos ou distantes da realidade dos estudantes;
- problemas de saúde que comprometem a frequência escolar;
- situações de violência no ambiente familiar, comunitário ou escolar;
- condições socioeconômicas precárias e inserção precoce no mercado de trabalho;
- falta ou precariedade do transporte escolar;
- gravidez na adolescência e responsabilidades parentais;

- discriminação de gênero, raça, origem social ou deficiência;
- ausência de documentação civil;
- migração forçada; e
- situações de emergência ou calamidade pública.

De acordo com o UNICEF, os principais fatores que dificultam o acesso e a permanência na escola estão associados à pobreza, à discriminação racial, à violência e à baixa escolaridade dos pais ou responsáveis. Tais elementos demonstram como as desigualdades históricas e sociais do país se refletem diretamente no sistema educacional público, impactando mais fortemente os grupos vulneráveis.

Os mais afetados pela exclusão escolar são crianças e adolescentes negros, indígenas, moradores de áreas rurais e de famílias de baixa renda, além de meninos e meninas com deficiência, em situação de trabalho infantil, expostos à violência, migrantes ou em conflito com a lei. Essas múltiplas dimensões evidenciam que o enfrentamento da exclusão escolar requer uma abordagem intersetorial, territorializada e sensível às especificidades regionais, articulando políticas de educação, assistência social, saúde e proteção à infância.

No âmbito do IFG, a situação socioeconômica dos estudantes e sua famílias demonstra que parte está em situação de vulnerabilidade social, de acordo com o Diagnóstico Socioeconômico dos(as) Estudantes do IFG - 2023:

- **Renda Familiar per Capita:** 85,6% dos nossos estudantes possuem renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo;
- **Renda Familiar Bruta** (valor total que a família recebe): 48,6% dos nossos estudantes vivem com renda familiar bruta total de até R\$ 2 mil;
- **Faixa de Renda Mais Baixa:** Mais de 40% dos nossos estudantes vivem com renda per capita de até 1 salário mínimo;
- **Público Mais Vulnerável (EJA):** Estudantes da Educação de Jovens e Adultos do IFG apresentam a menor renda familiar - 66,81% possui renda familiar bruta de até R\$ 2 mil e 95,38% possui renda familiar per capita de até 1,5 salário mínimo;
- **Situação de Moradia:** Menos da metade dos nossos estudantes residem em casa própria.

Para muitos, o IFG é a primeira chance de acesso à educação de qualidade na família, sendo que a maior parte dos pais e das mães não possui ensino médio completo.

Ao mesmo tempo em que ainda persistem situações de exclusão escolar, evidenciadas pelas dificuldades de acesso, permanência e êxito de parcela significativa da população estudantil, observa-se, em sentido oposto, a existência de vagas ociosas e o registro de um expressivo número de estudantes evadidos nos cursos do Instituto Federal de Goiás (IFG). Esse cenário revela uma contradição que desafia as políticas educacionais, indicando a necessidade de fortalecer ações integradas de inclusão, acolhimento, acompanhamento pedagógico e assistência estudantil.

Assim, compreender a complexidade das causas da exclusão escolar é passo indispensável para que as instituições de ensino e os profissionais possam formular estratégias assertivas, equitativas e sustentáveis, capazes de garantir que toda criança, adolescente e adulto tenha assegurado o seu direito de acessar, de permanecer, de aprender e de se desenvolver plenamente.

Busca Ativa como Estratégia de Promoção de Direitos

Uma sociedade que almeja um futuro mais justo e equânime deve mobilizar todas as estratégias disponíveis para assegurar que os direitos de cada cidadão sejam respeitados e efetivamente garantidos. Não basta que o Estado disponibilize serviços públicos de qualidade; é necessário implementar ações afirmativas que promovam o acesso das populações mais vulneráveis às políticas públicas a que têm direito.

Nesse contexto, surge o conceito de busca ativa, que consiste em inverter o sentido tradicional de acesso aos serviços: quando o cidadão ou a cidadã, por diversos motivos, não consegue recorrer espontaneamente ao Estado, o Estado e a Sociedade Civil vão até ele(a). Trata-se de um compromisso institucional de execução das políticas públicas, com atenção especial às pessoas em situação de vulnerabilidade. Por meio da busca ativa, é possível localizar aqueles que se encontram à margem dos sistemas de proteção e de direitos sociais.

No Brasil, a busca ativa tem sido entendida como uma postura proativa frente aos problemas da população. Esse papel é atribuído, por exemplo, a todos os profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) na Política Nacional de Atenção Básica. A partir de 2011, a busca ativa passou a ser utilizada como estratégia no Plano Brasil Sem Miséria (BSM), com o objetivo de alcançar a população considerada “invisível” por diferentes razões, como ausência de documentação, migrações constantes, residência em áreas isoladas ou em conflito, desconhecimento de direitos ou pertencimento a grupos historicamente excluídos.

Ações de Busca Ativa

A busca ativa não se restringe a uma única abordagem ou ferramenta. Ela pode ser realizada por meio de mutirões, campanhas, palestras, atividades socioeducativas, estratégias temporárias e/ou permanentes, cruzamento de bases de dados e visitas domiciliares realizadas por agentes de diferentes órgãos públicos. O fundamental é que haja uma articulação, combinando esforços de diversas áreas para potencializar a garantia de direitos em setores como a educação. Essa atuação integrada permite identificar populações em situação de exclusão educacional, estabelecer vínculos com elas e promover a inserção nas redes de atendimento existentes.

No campo da educação, os primeiros projetos de busca ativa no Brasil tiveram como foco a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na rede regular de ensino, como no caso do estado do Rio Grande do Norte. Essa estratégia visava enfrentar preconceitos sociais e familiares, bem como a resistência de algumas escolas em receber esses estudantes.

A busca ativa está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE) como estratégia para a universalização da educação básica de crianças e adolescentes entre 4 e 17 anos. Além disso, encontra respaldo no recenseamento escolar previsto pela Lei nº 12.796/2013, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Ordenamento Legal

No Brasil, um conjunto de dispositivos legais garante o direito à educação a todas as crianças, adolescentes e jovens. E as ações de Busca Ativa Escolar constituem estratégia voltada a apoiar o poder público na implementação efetiva desses direitos, estimulando a articulação e a atuação proativa das políticas públicas.

Entre os principais marcos legais que embasam a Busca Ativa Escolar destacam-se:

- ❖ Constituição Federal (1988) – O artigo 205 assegura que a educação é direito de todos e o artigo 208 estabelece o dever do Estado de garantir a educação básica obrigatória e gratuita, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade apropriada;
- ❖ Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) – O artigo 53 garante a todas as crianças e adolescentes o direito à educação, com igualdade de condições de acesso e permanência na escola;
- ❖ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) – Define princípios e finalidades da educação nacional, regulando a organização da educação básica e do ensino, bem como as responsabilidades de cada ente federativo. Também estabelece que qualquer cidadão, grupo de

cidadãos, associação comunitária, entidade de classe ou o Ministério Público pode acionar o poder público para exigir o cumprimento do direito ao acesso à educação básica obrigatória, fortalecendo o caráter de responsabilidade social e controle cidadão na efetivação da educação como direito fundamental;

- ❖ Emenda Constitucional nº 59/2009 – Ampliou a educação básica obrigatória (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) para todas as crianças e adolescentes de 4 a 17 anos;
- ❖ Lei nº 12.796/2013 – Alterou a LDB, determinando que o poder público deve recensear anualmente crianças, adolescentes e jovens que não concluíram a educação básica, subsidiando políticas de inclusão e planejamento educacional; e
- ❖ Lei nº 13.005/2014 – Instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2014-2024, estabelecendo metas e estratégias para a universalização da educação básica de qualidade. Entre essas estratégias, destaca-se a Busca Ativa Escolar, com ações articuladas entre órgãos públicos de educação, assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, visando a inclusão de crianças e adolescentes fora da escola.

A Busca Ativa Escolar, portanto, atua como instrumento de concretização desses direitos legais, fortalecendo a capacidade do Estado e da sociedade civil de localizar, acompanhar e reinserir crianças e adolescentes em situação de exclusão escolar, garantindo que o direito à educação seja efetivamente cumprido.

III. Diretrizes Norteadoras para o Acesso, a Permanência e o Êxito Estudantil no IFG

A atuação do Instituto Federal de Goiás (IFG) para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes não se constitui enquanto estratégia inovadora tendo em vista que tais diretrizes estão presentes nos principais documentos institucionais e fundamenta-se na sua função social de ser uma instituição pública, gratuita, inclusiva e democrática, comprometida com a justiça social e a equidade.

A seguir, detalham-se os princípios, pressupostos, diretrizes e propostas extraídos do Estatuto, do Projeto Político Pedagógico Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional, do Planejamento Estratégico da Instituição e do Regimento Interno:

1. Princípios e Pressupostos

- Educação como Direito e Processo Emancipatório: O IFG assume o compromisso com uma educação inclusiva e emancipatória, visando à formação integral (omnilateral) do cidadão;
- Gratuidade e Universalidade: A garantia da gratuidade do ensino é absoluta, sendo proibida a cobrança de qualquer contribuição financeira dos alunos para a oferta de cursos;
- Equidade e Diversidade: A instituição pauta-se pelo respeito às diversidades étnico-raciais, culturais, geracionais, de gênero e de orientação sexual, defendendo políticas que combatam as desigualdades históricas; e
- Indissociabilidade: O êxito acadêmico é buscado através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo que o estudante tenha uma formação técnica aliada à investigação crítica e à interação com a sociedade.

2. Diretrizes e Propostas para o Acesso

As políticas de ingresso visam democratizar as formas de entrada na instituição:

- Ações Afirmativas: É diretriz permanente a destinação de 50% das vagas para alunos egressos da rede pública de ensino, incluindo cotas sociais, étnico-raciais e para pessoas com deficiência;
- Processos Seletivos Simplificados: Para os cursos técnicos e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a proposta inclui a dispensa de exames classificatórios quando o número de candidatos for igual ou inferior ao de vagas, priorizando o perfil social e cultural desse público; e
- Reserva de Vagas para Professores: Destinação de vagas em cursos de licenciatura e especialização para docentes da rede pública em exercício, visando o fortalecimento da escola pública.

3. Diretrizes e Propostas para a Permanência

A permanência é tratada como uma política estratégica para evitar a evasão e garantir condições dignas de estudo:

- Assistência Estudantil: Implementação de auxílios financeiros, bolsas e apoio pedagógico, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Segurança Alimentar: A meta institucional inclui a criação e consolidação de restaurantes estudantis em todos os câmpus e a execução da Política de Alimentação e Nutrição Escolar;
- Inclusão e Acessibilidade: Consolidação dos Núcleos de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) para garantir acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional;
- Apoio Psicossocial: Promoção de programas de saúde mental e bem-estar, com equipes multidisciplinares compostas por psicólogos, assistentes sociais e pedagogos para acompanhar o estudante em suas dificuldades; e
- Moradia Estudantil: Proposta de criação de políticas de moradia para atender estudantes que necessitam se deslocar de suas regiões de origem.

4. Diretrizes e Propostas para o Êxito

O êxito é compreendido como a conclusão dos estudos com qualidade e a inserção profissional:

- Plano Estratégico de Permanência e Êxito: Elaboração bienal de um plano específico para analisar as dificuldades dos estudantes e propor ações corretivas contra a retenção e evasão;
- Acompanhamento de Cotistas: Monitoramento sistemático do desempenho de alunos que ingressaram por reservas de vagas, garantindo suporte específico para sua integração acadêmica;
- Programas de Monitoria e Iniciação Científica: Ampliação de bolsas de monitoria e de iniciação científica como forma de incentivo ao aprofundamento dos estudos e combate ao desânimo escolar; e
- Integração com o Mundo do Trabalho: Através da política de estágios e do acompanhamento de egressos, o IFG busca garantir que a formação resulte em êxito profissional e social.

IV. Pressupostos

Considerando o panorama descrito, o presente programa intitulado Amplifica IFG tem como base orientadora os seguintes pressupostos:

1. **Universalidade de acesso e permanência:** garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens tenham vaga e permaneçam na escola, com aprendizagens significativas.
2. **Prioridade absoluta:** quando se trata do direito de adolescentes, aplicar o princípio constitucional da prioridade absoluta, assegurando atenção especial para os mais vulneráveis.
3. **Diferenciação territorial e cultural:** considerar as especificidades das comunidades acadêmicas e dos territórios rurais, indígenas, quilombolas, de periferia urbana e garantir ações com recorte étnico-racial e socioeconômico.
4. **Responsabilidade compartilhada:** articular os diferentes setores e atores da instituição, bem como parceiros da sociedade civil, das organizações comunitárias e dos setores produtivos;
5. **Monitoramento dos indicadores:** dispor de indicadores claros — por exemplo, número de crianças/adolescentes fora da escola, taxa de reingresso, taxa de conclusão da etapa, redução da distorção idade-série — e mecanismos de avaliação, transparência e ajuste de políticas.

V. Objetivos

Objetivo Geral

Promover, de forma articulada e intersetorial, ações institucionais voltadas à ampliação do acesso, da permanência e do êxito estudantil no Instituto Federal de Goiás (IFG), por meio da socialização da instituição, da busca ativa de estudantes em situação de exclusão, abandono ou evasão escolar, da simplificação e fortalecimento dos processos de ingresso e do acompanhamento pedagógico, contribuindo para a efetivação do direito à educação.

Objetivos Específicos

- ❖ Desenvolver e implementar estratégias de socialização institucional e de busca ativa para identificar, sensibilizar e reinserir estudantes em situação de abandono, evasão ou exclusão escolar;
- ❖ Ampliar e qualificar as ações de comunicação comunitária, divulgação institucional e dos processos seletivos, com linguagem acessível e adequada aos diferentes públicos-alvo;
- ❖ Simplificar e fortalecer os processos seletivos do IFG, reduzindo barreiras burocráticas e ampliando as possibilidades de ingresso nos diferentes níveis, modalidades e tipos de cursos;
- ❖ Promover ofertas educacionais estratégicas e articuladas às demandas sociais, territoriais e produtivas, contribuindo para a ocupação das vagas e a ampliação do atendimento educacional efetivo;
- ❖ Desenvolver ações preventivas e de acompanhamento sistemático de estudantes em situações potenciais de abandono e evasão, fortalecendo políticas de permanência, apoio pedagógico e assistência estudantil;
- ❖ Sensibilizar gestores, servidores, estudantes e parceiros institucionais para a importância do enfrentamento da exclusão escolar como responsabilidade coletiva e compromisso institucional;
- e
- ❖ Instituir mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão contínua das ações do programa, com base em indicadores educacionais e na escuta da comunidade acadêmica.

VI. Estrutura e Funcionamento

Concepção

Por entender que os fenômenos do abandono, da evasão e da exclusão escolar são multifatoriais, complexos e que guardam interface com uma multiplicidade de outras questões econômicas, sociais, de parentalidade/cuidado, culturais e outros, este Programa não apresenta receitas, respostas ou quicá soluções prontas. O Amplifica IFG não consiste, portanto, em um modelo pronto e engessado a ser aplicado de maneira universal.

Ao contrário, representa uma perspectiva institucional para o enfrentamento de tais fenômenos. Traz ainda princípios instituintes de nosso fazer pedagógico; finalidades; dimensões de atuação; eixos estruturantes e propostas de ações. As ações apresentadas neste documento constituem proposições iniciais a serem analisadas e desenvolvidas com servidores e servidoras e os setores da instituição, com a articulação da gestão que confluem na realização da função social do IFG e que podem ser revisitadas, alteradas e ampliadas.

O Programa, portanto, não se resume a uma única atividade, mas na interdependência e concomitância das ações propostas, entendendo que não basta fomentar o acesso estudantil à instituição, mas que necessitamos paralelamente de promover a permanência e o êxito dos estudantes atualmente matriculados.

Conceitos iniciais

Para efeitos de operacionalidade desta ação, considera-se centrais os seguintes conceitos:

- ❖ **Direito à educação:** direito humano fundamental que garante o acesso universal e gratuito à educação básica obrigatória, sendo dever do Estado e da família;
- ❖ **Frequência irregular:** situação em que o adolescente ou adulto matriculado no Instituto Federal de Goiás não comparece ao seu campus de forma regular e contínua;
- ❖ **Evasão escolar:** situação em que o adolescente ou adulto não efetuou matrícula no seu campus de origem para o ano letivo seguinte;
- ❖ **Abandono escolar:** situação em que o adolescente ou adulto matriculado no Instituto Federal de Goiás deixa de frequentar seu campus de origem durante o ano letivo ainda em curso, sem solicitação de transferência, podendo matricular-se no ano seguinte;
- ❖ **Exclusão escolar:** adolescente ou adulto não matriculado em qualquer instituição de ensino.

Com o desenvolvimento das ações proposta no trabalho de materialização desta iniciativa pode surgir a necessidade de descrição/apresentação de novos conceitos, categorias e/ou noções que poderão ser incluídos nesse rol inicial e/ou ensejar a criação de um glossário institucional específico.

Finalidades

O Programa Amplifica IFG, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, está assentada em três finalidades:

- ❖ Socialização da instituição e de sua função social para a sociedade em geral reduzindo possíveis barreiras e o desconhecimento das possibilidades de acesso à Educação Profissional e Tecnológica, pública, inclusiva, laica e de qualidade socialmente referenciada;
- ❖ Atração de novos estudantes, de estudantes em situação de abandono e de evasão escolar, e de sujeitos em situação de exclusão escolar por canais e formas diversificadas e coerentes com o público-alvo do nível, etapa e/ou modalidade; e
- ❖ Desenvolvimento de processos de acompanhamento de situações potencialmente promotoras do abandono e da evasão escolar (frequência irregular; dificuldades e/ou obstáculos para a convivência coletiva; cenários diversos de violências e discriminações; ausência de pertencimento institucional; baixa eficiência acadêmica; histórico de reprovação; gravidez e maternidade; dificuldades socioeconômicas e logísticas de permanecer na escola; etc.).

É preciso, portanto, um trabalho institucional articulado e dialogado para lidar com fenômenos tão multifatoriais como o abandono, a evasão e a exclusão escolar. Ademais, não compete a uma unidade, setor, cargo, função ou conjunto de servidores específicos a responsabilidade pela execução das ações apresentadas. As propostas representam antes um compromisso da instituição em fazer valer aquilo que lhe é mais caro, sua função social.

Dimensões de Atuação

Enquanto proposta de enfrentamento e de minimização do abandono, da evasão e da exclusão escolar e da promoção do acesso, da permanência e do êxito estudantil, a implementação do Amplifica IFG requer atuação em mais de uma dimensão da práxis educativa. Neste sentido, está estruturado nas seguintes dimensões de atuação:

1. Socialização da Instituição e Atração Estudantil:

- a. Estudantes matriculados no 9º Ano do Ensino Fundamental;
 - b. Estudantes matriculados na 3ª Série do Ensino Médio em outras redes públicas e escolas privadas;
 - c. Estudantes para Cursos de Formação Inicial e Continuada;
 - d. Estudantes para Cursos de Pós-Graduação;
 - e. Estudantes em Situação de Abandono e/ou Evasão; (Reingresso)
 - f. Sujeitos em situação de exclusão escolar; (Parcerias)
2. Acompanhamento de Estudantes Matriculados no IFG em Situações Potenciais de Evasão e Abandono Escolar;
3. Apresentação das Possibilidades de Verticalização do Itinerário Formativo para Estudantes Matriculados no IFG:
- a. Estudantes matriculados em Cursos de Formação Inicial e Continuada;
 - b. Estudantes matriculados em Cursos de Ensino Médio Integrado Regular;
 - c. Estudantes matriculados em Cursos de Ensino Médio Integrado na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos;
 - d. Estudantes matriculados em Cursos Técnicos Subsequentes;
 - e. Estudantes matriculados em Cursos de Especialização Técnica;
 - f. Estudantes matriculados em Cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo);
 - g. Estudantes matriculados em Cursos de Especialização *Lato Sensu*; e
 - h. Estudantes matriculados em Cursos de Mestrado *Stricto Sensu*.

VII. Eixos Estruturantes

Considerando a complexidade do trabalho concomitante de promover o acesso, a permanência e o êxito e de realizar o enfrentamento às situações potencializadoras de abandono e evasão escolar, as ações propostas para o Instituto Federal de Goiás foram organizadas em quatro eixos estruturantes organizando-as de acordo com a natureza prioritária da atividade.

Os Eixos Estruturantes são:

- Socialização da Instituição e Busca Ativa: inclui ações que visam socializar com a comunidade interna e externa e com a sociedade em geral a natureza do IFG enquanto instituição pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada especializada na oferta da Educação Profissional e Tecnológica em todos os níveis, modalidades e tipos de curso. Inclui ainda as ações de divulgação sistêmica e massiva de todos os Processos Seletivos guardando coerência com o público-alvo, o nível, a modalidade e o tipo de curso de forma concomitante com a realização da Busca Ativa em locais de grande circulação de pessoas e em territórios prioritários.
- Simplificação e Fortalecimento dos Processos Seletivos: trata das ações de revisão metodológica da arquitetura, dos processos e do funcionamento de todos os Processos Seletivos em vigência no IFG e a proposição de mecanismos sistêmicos de simplificação do acesso discente e de linguagem simples, respeitando as especificidades legais, de nível, de modalidade, de público-alvo e de cada tipo de curso.
- Desenvolvimento de Ofertas Estratégicas: diz respeito às ações de proposição de cursos/ações considerados estratégicos para a elevação e ampliação do atendimento educacional efetivo do Instituto Federal de Goiás;
- Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar: inclui a institucionalização de ações para o acompanhamento pedagógico ao discente do IFG em Situações Potenciais de Evasão e de Abandono Escolar. Trata ainda das ações de formulação de protocolos institucionais de verificação de frequência irregular, de comunicação com discentes e seus responsáveis, quando for o caso, e de acompanhamento pedagógico visando a superação das dificuldades e a promoção da permanência e do êxito estudantil.

VIII. Ações Propostas por Eixo Estruturante

As ações aqui propostas configuram-se como uma relação inicial, elaborada com o objetivo de subsidiar o início das discussões e o planejamento coletivo. Trata-se, portanto, de um conjunto preliminar de encaminhamentos que será dialogado com a comunidade envolvida, considerando diferentes perspectivas e contribuições. Nesse processo, as ações poderão ser avaliadas, revistas e, se necessário, ampliadas ou reformuladas, de modo a responder de forma mais adequada às demandas e desafios que se apresentarem ao longo da implementação.

1. Socialização da Instituição e Busca Ativa

- Reativação ou recomposição das Comissões de Divulgação nos Câmpus
 - Composição da comissão por meio de portaria com carga horária inclusa no tempo de trabalho
- Promoção da acessibilidade comunicacional (linguagem simples, cidadã e acessível)
- Produção de material de divulgação compartilhado a todos os Câmpus em múltiplos meios
 - Slogan de campanha
 - Flyers
 - Cartazes
 - Faixas
 - Gravação de áudios (carro de som)
 - Conteúdo para redes sociais
 - Camisetas
 - Brindes promocionais (chaveiro, lápis, garrafa de água...)
 - Stand para divulgação institucional
- Divulgação da instituição e dos processos seletivos em eventos/loais de grande circulação de pessoas e em territórios prioritários (feiras, shoppings, festividades municipais)
- Promoção de ações de divulgação da instituição em parceria com locais de grande movimentação de pessoas e em territórios prioritários
- Realização de Parcerias
 - Realização de parcerias para divulgação dos processos seletivos e outros assuntos de interesse do IFG com emissoras de rádio, emissoras de televisão e meios impressos de comunicação
 - Parceria com Prefeituras, Secretarias Municipais de Educação, Coordenações Regionais de Ensino para divulgação do “Conhecendo o IFG” e dos processos seletivos

- Parceria com Secretarias de Saúde e Agentes de Saúde para comunicação de pessoas fora da escola e/ou em idade escolar
- Parceria com Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa e Secretarias de Assistência Social para comunicação de pessoas sem formação escolar e/ou incompleta
- Stand IFG para divulgação institucional
 - Em feiras, eventos, realização de provas
 - Em shopping/local de grande circulação de pessoas da cidade no período dos processos seletivos com terminal(is) disponível(is) para realização de inscrição
- Realização de programa/projeto de Busca Ativa com participação de estudantes para divulgar o IFG e os Processos Seletivos em escolas públicas, comunidades, no seu próprio bairro, entre familiares e amigos fortalecendo o protagonismo estudantil e alcançando regiões periféricas e grupos sociais menos alcançados pela divulgação formal de ingresso.
- Realização do “Conhecendo o IFG” Institucional : Hoje é dia de Conhecer o IFG (mesmo dia em todos os campi) próximo ao processo seletivo dos Cursos Técnicos Integrados
- Realização da ação Comunicadores Estudantis (por Câmpus) no TikTok e Instagram para divulgação das ações para a comunidade interna e externa
- Divulgação para os estudantes já matriculados no Ensino Médio (Integrado, Subsequente, EJA) e nos Cursos de Graduação das possibilidades de verticalização de sua trajetória formativa em seu campus de origem
- Realizar Feiras de Estágio nos Câmpus com convite aos principais demandantes de Estágio/Estagiários (Poder Público, Setor Produtivo)
- Reativação ou recomposição das Comissões Locais e Central de Permanência e Êxito

2. Simplificação e Fortalecimento dos Processos Seletivos

- Simplificação Metodológica dos Processos Seletivos (inscrição, edital, seleção)
 - Técnico Integrado (Presencial e EaD)
 - Técnico Integrado na modalidade da EJA (Presencial e EaD)
 - Graduação (Presencial e EaD)
 - Pós-Graduação
 - Lato Sensu (Presencial e EaD)
 - Stricto Sensu
 - Subsequente (Presencial e EaD)

- Formação Inicial e Continuada (Presencial e EaD)
- Implantar novo Sistema de Processos Seletivos
- Desburocratizar, simplificar e adaptar para a linguagem simples e cidadã os Editais dos Processos Seletivos
- Desenvolver Editais Simplificados
- Retorno do Vestibular Institucional para todos os cursos
- Estudo de Viabilidade de Novas Possibilidades de Ingresso
- Revisão da Política de Ingresso do IFG
- Mapeamento das taxas de ingresso e de evasão dos diversos tipos de entrada dos processos seletivos
- Disponibilidade de terminal e servidor para auxílio em inscrição dos processos seletivos

3. Desenvolvimento de Ofertas Estratégicas

- Adesão à Rede Certifica: promoção da certificação profissional nos seus diversos níveis e modalidades
- Avaliar a possibilidade de adesão ao “Verticaliza”
- Edital de Fomento à Criação de Cursos Mooc Auto Formativos
- Promoção de Reingresso de Estudantes em fase de Conclusão de Curso (faltando estágio, TCC)
- Avaliar possibilidade de pactuação a programas nacionais de Alfabetização de Jovens e Adultos
- Parcerias com Prefeituras/Secretarias Municipais para oferta de Cursos FIC, Especialização Técnica e Especialização *Lato Sensu* de formação continuada para servidores públicos (Educação, Saúde)
- Promover os Cursos de Especialização Técnica

4. Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar

- Reativação ou recomposição das Comissões de Permanência e Êxito nos Câmpus e Central
- Acolhimento: evento de integração e acolhimento aos estudantes ingressantes no início dos períodos letivos
- Desenvolver o “Guia/Manual do Estudante” com orientações gerais sobre a instituição
- Avaliar a possibilidade de integrar/utilizar sistema de predição de evasão escolar (Sissa ou outro aplicável à Rede Federal)

- Avaliar a possibilidade de orientação sistematizada de movimentação de docente de períodos iniciais dos cursos que registram altos índices de retenção para outros períodos
- Criar protocolo de monitoramento e comunicação de presenças irregulares/faltas repetidas: "Alerta" no Suap, monitoramento automático de faltas, rendimento e evasão, com comunicação direta às coordenações e CAPDs
- Compartilhamento de Boas Práticas em Acesso, Permanência e Êxito no IFG
- Oferta de Formação Continuada em temáticas concernentes à organização didático-pedagógica
- Fomento a sistematização e organização de orientações para o trabalho de acompanhamento pedagógico com o estudante
- Programa de Tutoria (aluno veterano/ ingressante) ou (aluno/professor) voltado à adaptação, vínculo institucional e apoio acadêmico.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *MEC e Inep contextualizam resultados do Censo Escolar 2024*. Brasília: MEC/Inep, 09 abr. 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-contextualizam-resultados-do-censo-escolar-2024>. Acesso em: [data de acesso]. [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

BRASIL. Ministério da Educação. *Brasil avança em creches e tempo integral e tem desafio na evasão no ensino médio*. Secretaria de Comunicação Social, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/02/brasil-avanca-em-creches-e-tempo-integral-e-tem-desafio-na-evasao-no-ensino-medio>. Acesso em: [data de acesso]. [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Educação 2024: informações técnicas e principais resultados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:

https://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf. Acesso em: [data de acesso]. [IBGE+1](#)

UNICEF Brasil. *Com ajuda da Busca Ativa Escolar, 300 mil crianças e adolescentes voltaram à escola no Brasil*. São Paulo: UNICEF Brasil, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/innocenti/brazil/comunicados-de-imprensa/com-ajuda-da-busca-ativa-escolar-300-mil-criancas-e-adolescentes-voltaram-a-escola-no-brasil>. Acesso em: [data de acesso].

[UNICEF](#)

BRASIL. Ministério da Educação. Plataforma Nilo Peçanha (PNP): ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/plataforma-nilo-pecanha>. Acesso em: [data de acesso].

BRASIL. Ministério da Educação. “Plataforma Nilo Peçanha atinge mais de 50 mil acessos”. Brasília, DF, 2022. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/plataforma-nilo-pecanha-atinge-mais-de-50-mil-acessos>. Acesso em: [data de acesso].

DA SILVA MONTEIRO, Daniela de Cássia; PITON SERRA SANCHES, Jane. “Evasão nos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma análise à luz dos dados da Plataforma Nilo Peçanha”. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 31-44, 2025. DOI: 10.36524/profept.v8i2.1523. Disponível em:

<https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1523>. Acesso em: [data de acesso].